

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023 e Relatório dos auditores
independentes**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	7
Balancos patrimoniais	10
Demonstrações dos resultados	12
Demonstrações dos resultados abrangentes	13
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstrações dos fluxos de caixa	15
Notas explicativas às demonstrações financeiras	16



Relatório da Administração

Prezados Acionistas,

A **Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A. (“SPTE” ou “Companhia”)** apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2023.

1) A companhia

A SPTE é uma Companhia privada, de capital fechado constituída em 2 de janeiro de 2007 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - Sala 1503, Centro no Rio de Janeiro. Possui uma filial localizada em Araporã no estado de Minas Gerais.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH) desde 15 de dezembro de 2010 quando foi adquirida já em fase operacional da Isolux Energia e Participações S.A., Lintran do Brasil Participações S.A., Elecnor Transmissão de Energia S.A. e Abengoa Brasil Ltda. A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2) Setor elétrico – segmento de transmissão

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados técnicos da concessão:

Extensão de linhas em km:	245,24
Tensão em kV:	500/138
Subestações próprias/acessadas:	2

3) Desempenho Financeiro

3.1) Receita

A Resolução Homologatória nº 3.216 publicada em 4 de julho de 2023, estabeleceu novos valores referentes às receitas anuais permitidas da Companhia, para o ciclo de 2023/2024, com decréscimo na RAP de R\$ 1.189.139 (um milhão, cento e oitenta e nove mil, cento e trinta e nove reais), vide nota explicativa 1.2. Em 21 de Junho de 2022, a ANEEL, através da resolução homologatória nº 3.050/2022, homologou o resultado das Revisões Tarifárias Periódicas da Receita Anual Permitida – RAP dos Contratos de Concessão de Transmissão de Energia, com um índice de reposicionamento nominal de 18,9%.

3.2) Desempenho econômico-financeiro



Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2023 e 2022 são:

	2023	2022
• Liquidez geral	12,05	12,88
• Liquidez corrente	10,00	13,78
• Relação patrimônio líquido/ativo	91,70%	92,23%
• Relação passivo não circulante/Ativo	6,06%	5,69%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	11,14%	10,71%
• Relação lucro operacional/Patr. líquido	11,70%	10,82%
Ativos totais – R\$	300.910.499	335.619.752
Lucro líquido do exercício – R\$	30.735.845	33.161.340

4) Governança corporativa

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva, e vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Praticamos um diálogo direto com nossos acionistas e, para fortalecer o relacionamento com as partes interessadas no negócio, em 2023 nos aprofundamos em avaliar nossa estrutura de governança e criamos um novo departamento de Governança Corporativa que é composto por cinco gerências: Assuntos de Governança Corporativa, Regulatório de Relacionamento, Compliance e Privacidade, Cultura de Comunicação Corporativa e Gestão Administrativa e Supervisão. O novo departamento vai integrar divisões multidisciplinares e suas funções de gestão, fortalecendo a governança da empresa, de acordo com as melhores práticas do mercado.

O Grupo é representado em sua instância máxima de governança pelo Comitê Sênior de Gestão (SMC). O órgão é composto por executivos com reconhecida experiência no setor elétrico. As decisões do SMC são apoiadas por oito comitês especialistas em temas estratégicos. Em 2023, também introduzimos um novo sistema de governança que através da sua implementação a rastreabilidade e eficiência dos processos de tomadas das decisões foram aprimoradas.

Com a criação de uma área dedicada ao ESG (Environment, Social, Governance), impulsionamos medidas relevantes como a viabilização das debêntures verdes na implantação da Silvânia Transmissora de Energia (STE); a mensuração das emissões de gases-estufa, bem como a assinatura do Pacto Global da Organização das Nações Unidas. A adesão ao Pacto Global materializou o empenho da SGBH em gerar valor não só para o negócio, mas para toda a sociedade. Com isso, estaremos cada vez mais alinhados ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos na Agenda 2030 da ONU, materializando o objetivo corporativo de transmitir energia de forma sustentável e mediante condutas transparentes. Assim, seguiremos gerando valor não apenas para o negócio, mas para toda a sociedade.

5) Gestão de Riscos

Agimos de forma integrada para alcançar resultados eficientes e eficazes ao mesmo tempo que se preserva e promove a geração de valor. Nesse sentido, a gestão de riscos constitui um dos assuntos mais relevantes em nossa governança corporativa e permeia desde a avaliação de projetos até a operação e a manutenção de equipamentos, instalações e processos de trabalho.



Dispomos de uma área dedicada, com a premissa de promover o gerenciamento de riscos em toda organização conforme exigentes padrões de qualidade e alinhado com as melhores práticas e frameworks globais, visando à sustentabilidade corporativa, segurança de colaboradores e comunidades locais e a conservação do meio ambiente. Para isso, identificamos, avaliamos, tratamos e monitoramos os riscos relacionados à nossa estratégia corporativa bem como os fatores de riscos que permeiam nossas atividades e processos. A Matriz de Risco é constantemente atualizada e a SGBH monitora continuamente aqueles considerados mais impactantes no negócio da empresa (“Top Risks”), além de desenvolver o ambiente de controles internos de todos os riscos mapeados bem como a condução de trabalhos de auditoria interna que auxiliam na avaliação da efetividade destes controles e identificação de oportunidades de melhoria.

6) Ética, Transparência e Compliance

Nossas práticas de ética e compliance estão expressas no Código de Ética e Conduta, existente desde 2020. O documento apresenta nosso compromisso e respeito à legislação local e internacional, bem como nossos valores corporativos de estabelecer relações baseadas em integridade, ética e transparência nas relações com nossos colaboradores, fornecedores, prestadores de serviço, parceiros de negócio e concorrentes.

Em 2023, fizemos atualizações importantes neste documento, a fim de darmos destaque ao Canal de Ética e, ainda, criamos tópicos específicos sobre o nosso compromisso com os Direitos Humanos, combate ao Assédio Moral e Sexual no ambiente de trabalho, e luta contra Fraude e Corrupção. Além disso, para todos os tópicos, foram incluídos exemplos práticos da conduta esperada e do que não será tolerado pela SGBH, tornando assim, o Código e Ética e Conduta um guia claro e preciso para ser consultado a qualquer momento.

Com o objetivo aumentar a eficiência na condução do tema, também em 2023, criamos a Divisão de Compliance & Privacidade, parte do Departamento de Governança Corporativa.

Como medida de disseminação interna da prática de conduta ética e compliance, o time de Compliance realiza treinamentos presenciais tanto para as equipes da sede corporativa como nas regionais, para todos os níveis hierárquicos. Além disso, o time de Compliance também é responsável por criar pílulas mensais abordando temas atuais de compliance enviados por e-mail, como privacidade e proteção de dados, igualdade racial e de gênero, diversidade e inclusão e prevenção ao assédio moral e sexual no ambiente de trabalho.

O time de Compliance também realiza o acompanhamento dos relatos recebidos no Canal de Ética. Este importante canal é gerido por uma empresa independente que analisa o conteúdo dos relatos e, após análise inicial, os encaminha ao Time de Compliance, que conduz as investigações em caráter confidencial e as reporta ao Comitê de Ética. Casos críticos são levados ao Comitê Sênior de Gestão, mais alto órgão de governança. Em 2023 não foram identificadas preocupações críticas ao negócio da Companhia.

Em meados de 2022, a Companhia deu mais um grande e significativo passo na jornada ESG, com a assinatura do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), demonstrando que seu compromisso vai muito além da segurança operacional, e que suas práticas de meio ambiente, sustentabilidade e governança estarão cada vez mais alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável definidos na Agenda 2030 da ONU, materializando o compromisso da Companhia de transmitir energia de forma sustentável e transparente, gerando valor não só para o negócio, mas para toda a sociedade.

Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.



7) Responsabilidade ambiental e social

O Grupo SGBH vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. O Grupo também participa de ações sociais junto a Sociedade. Para isso, investimos recursos próprios e incentivados em projetos que promovem a sociedade onde atuamos nos aspectos de emprego e renda, cultura, esporte, saúde e educação. No total, participamos de 13 projetos ou ações que valorizam a população e colocam as comunidades no papel de protagonistas, buscando implementar mecanismos de continuidade, no longo prazo, das iniciativas promovidas. Os projetos incentivados no âmbito das leis de incentivo federais são apoiados de forma continuada Pelo Grupo que promove ações internas de engajamento entre seus colaboradores para também incentivar o voluntariado.

8) Serviços de Auditoria Externa

Em 2023 a empresa teve como auditor Independente exclusivo a KPMG Auditores Independentes. O primeiro contrato com a KPMG Auditores Independentes foi assinado em 12 de maio de 2020 com vigência efetiva até o fim de cada ciclo de auditoria sendo este contrato renovado anualmente.

Em cumprimento à revisão da NBC PA 400 alterada pela Revisão da NBC 17, informamos que no último exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, os auditores independentes da Companhia Exerceram tão e somente serviços contratados de auditoria contábil externa e não receberam quaisquer outros valores a título de prestação de outros serviços. Demonstramos no quadro abaixo a remuneração (honorários e serviços) relacionada aos serviços de auditoria externa:

Remuneração Relacionada aos Serviços de auditoria Externa		
Auditor Independente	2023	2022
KPMG Auditores Independentes	34.351	43.314
Total	34.351	43.314

A companhia tem como prática alguns procedimentos que visam evitar o conflito de interesse ou a perda de independência e objetividade por parte dos referidos auditores externos independentes.

9) Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 01 de março de 2024

A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da
Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

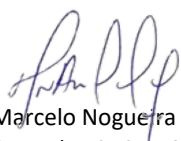
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 1 de março de 2024
KPMG Auditores Independentes Ltda
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	23.328.403	40.262.170
Concessionárias e permissionárias	7	6.882.212	5.540.041
Contas a receber - partes relacionadas	22	1.057.741	916.653
Almoxarifado	8	3.788.665	3.874.243
Adiantamento a fornecedores		49.468	7.479
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		234.390	233.456
Outros impostos a recuperar		1.491	41.770
Ativo de contrato	9	31.295.864	44.346.292
Outros ativos circulantes		542.775	682.859
		67.181.009	95.904.963
Ativo não circulante			
Realizável no Longo Prazo			
Ativo de contrato	9	233.388.986	239.272.863
Outros ativos não circulantes		89.924	54.378
		233.478.910	239.327.241
Imobilizado		248.853	385.999
Intangível		1.727	1.549
		250.580	387.548
Total do ativo		300.910.499	335.619.752

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores – terceiros	10	413.492	681.250
Fornecedores - partes relacionadas	22	1.162.858	1.030.748
Obrigações Sociais e Trabalhistas	13	2.303.628	2.058.342
Imposto de renda e contribuição social a pagar	11	906.108	549.091
Outros impostos a pagar	11	825.861	786.773
Taxas regulamentares	12	813.309	1.540.650
Dividendos propostos	16	291.991	315.033
		6.717.247	6.961.887
Passivo não circulante			
Provisão para contingência	14	435.851	459
Impostos diferidos	15	17.813.290	19.083.329
Outros passivos não circulantes		-	20.000
		18.249.141	19.103.788
Patrimônio líquido	16		
Capital social		241.496.454	271.496.454
Reserva legal		5.225.562	3.688.770
Reserva de lucros		29.222.095	34.368.853
		275.944.111	309.554.077
Total do passivo e do patrimônio líquido		300.910.499	335.619.752

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	17	41.880.489	44.342.398
Custo da operação	18	(9.595.211)	(8.709.717)
Lucro bruto		32.285.278	35.632.681
Despesas gerais e administrativas	19	(2.527.769)	(4.039.546)
Outras receitas operacionais líquidas		504.791	1.890.313
Lucro antes do resultado financeiro		30.262.300	33.483.448
Resultado financeiro	20	4.400.240	2.579.103
Receita financeira		4.547.982	2.863.303
Despesa financeira		(147.742)	(284.200)
Resultado antes dos impostos		34.662.540	36.062.551
IRPJ e CSLL correntes	21	(4.507.932)	(3.163.485)
IRPJ e CSLL diferidos	21	581.237	262.274
Lucro líquido do exercício		30.735.845	33.161.340

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	30.735.845	33.161.340
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes	<u>30.735.845</u>	<u>33.161.340</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais)

	Reserva de lucros			Lucros/ Prejuízo acumulado	Total
	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2021	271.496.454	2.030.703	19.168.535	-	292.695.692
Lucro líquido do exercício	-	-	-	33.161.340	33.161.340
Constituição da reserva legal	-	1.658.067	-	(1.658.067)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	31.188.240	(31.188.240)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (nota explicativa 16)	-	-	-	(315.033)	(315.033)
Dividendos intermediários (nota explicativa 16)	-	-	(15.987.922)	-	(15.987.922)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	271.496.454	3.688.770	34.368.853	-	309.554.077
Redução de capital social (nota explicativa 16)	(30.000.000)	-	-	-	(30.000.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	30.735.845	30.735.845
Constituição da reserva legal	-	1.536.792	-	(1.536.792)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (nota explicativa 16)	-	-	-	(291.991)	(291.991)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	28.907.062	(28.907.062)	-
Dividendos intermediários (nota explicativa 16)	-	-	(34.053.820)	-	(34.053.820)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	241.496.454	5.225.562	29.222.095	-	275.944.111

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício antes dos impostos		34.662.540	36.062.551
Itens de resultado que não afetam o caixa			
Depreciação e amortização		137.643	129.265
Provisão para perda de crédito esperada	7	1.044	245.744
Provisão para contingências	14	435.391	(81.822)
(Aumento) redução nos ativos			
Concessionárias e permissionárias		(1.343.214)	(455.525)
Contas a receber - partes relacionadas		(141.088)	(387.831)
Ativo de contrato	9	18.934.305	8.515.377
Almoxarifado		85.578	(27.271)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(934)	-
Outros impostos a recuperar		40.279	(40.279)
Adiantamentos a fornecedores		(41.989)	13.892
Outros ativos		104.538	248.460
Aumento (redução) nos passivos			
Fornecedores - terceiros		(267.758)	142.230
Fornecedores - partes relacionadas		112.110	(167.425)
Imposto de renda e contribuição social a pagar		(1.055.156)	(569.943)
Outros impostos a pagar		2.569.914	2.269.629
PIS e COFINS diferido		(688.804)	(310.812)
Outros impostos pagos		(2.530.826)	(2.221.120)
Taxas regulamentares		(727.341)	425.424
Outros passivos		245.286	354.237
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais		50.531.518	44.144.781
Imposto de renda e Contribuição social pagos		(3.095.759)	(2.471.897)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		47.435.759	41.672.884
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado e intangível		(675)	(614)
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de investimento		(675)	(614)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Redução de capital	16	(30.000.000)	-
Dividendos pagos	16	(34.368.851)	(16.176.039)
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de financiamento		(64.368.851)	(16.176.039)
Aumento/ (Redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(16.933.767)	25.496.231
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		40.262.170	14.765.939
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		23.328.403	40.262.170

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

1 Informações gerais

A Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A. (“SPTE” ou “Companhia”) é uma Companhia privada, de capital fechado constituída em 2 de janeiro de 2007 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - Sala 1503, Centro no Rio de Janeiro. Possui uma filial localizada em Araporã no estado de Minas Gerais.

A Companhia iniciou suas operações em 11 de abril de 2009, e tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

1.1 Da concessão

No dia 11 de julho de 2007, a Companhia assinou com a União o Contrato de Concessão nº 007/2007 - ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, distribuída em:

- (a) Instalações de transmissão em 500/138 KV, com origem na Subestação Paracatu 4 e término na Subestação Pirapora 2, ambas no Estado de Minas Gerais, com circuito simples e com extensão aproximada de 246 km.
- (b) Entradas de linhas pela transformação 500/345-13,8 KV e 345/138-13,8 KV na Subestação Pirapora 2 e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

1.2 Receita anual permitida (RAP)

A RAP foi determinada em R\$17.000.000 (dezessete milhões de reais) (valor histórico) que será válida pelos primeiros 15 anos contados a partir do início da operação comercial e será corrigida anualmente pelo IPCA. A partir do décimo sexto ano de operação a RAP será de 50% da RAP do décimo quinto ano de operação comercial, perfazendo o total de 30 anos de concessão.

Em 13 de julho de 2021, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.895/2021 estabeleceu a RAP em R\$ 51.140.774 (cinquenta e um milhões, cento e quarenta mil, setecentos e setenta e quatro reais) para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

Em 12 de julho de 2022, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.067/2022 estabeleceu a RAP em R\$ 60.795.201 (sessenta milhões, setecentos e noventa e cinco mil, duzentos e um reais) para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023.

Em 04 de julho de 2023, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.216/2023 estabeleceu a RAP em R\$ 59.606.062 (cinquenta e nove milhões, seiscentos e seis mil, sessenta e dois reais) para o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024.

A receita é faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) e está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

Revisão Tarifária Periódica

Em 21 de Junho de 2022, a ANEEL, através da resolução homologatória nº 3.050/2022, homologou o resultado das Revisões Tarifárias Periódicas da Receita Anual Permitida – RAP dos Contratos de Concessão de Transmissão de Energia, com um índice de reposicionamento nominal de 18,9%, devendo ser aplicados sobre as parcelas das novas instalações da Rede Básica – RBNI, das Demais Instalações de Transmissão autorizadas – RCDM, das Melhorias – RMEL. E o índice de reposicionamento nominal de 16,28%, relativos às receitas ofertadas no Leilão devendo ser aplicados sobre as parcelas das instalações da Rede Básica – RBL e, quando for o caso, sobre as Demais Instalações de Transmissão – RPEC.

A revisão tarifária periódica é feita a cada 5 anos.

2 Base de preparação e apresentação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 01 de março de 2024.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais da concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras

provisões, inclusive para contingências e impostos diferidos. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

2.4 Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3 Mudanças nas principais políticas contábeis

3.1 Informação de políticas contábeis materiais

A entidade adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na Nota 4 Políticas contábeis materiais (2022: Principais políticas contábeis) em determinados casos, de acordo com as alterações.

4 Políticas contábeis materiais

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

Além disso, o Grupo adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e ao IFRS Practice Statement 2) a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações sobre políticas contábeis divulgadas na Nota 4 em determinados casos (consulte a nota explicativa 3.1 para obter mais informações).

4.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa

e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

4.2 Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para Perda de crédito esperada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da Companhia o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em provisão para perda de crédito esperada (PCE). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros:

- Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber;
- Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos;
- Existência de garantia;
- Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que renegociaram suas dívidas;
- Análise de devedores em falência.

Os parâmetros acima devem ser considerados para clientes com dívidas relevantes. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com faturas vencidas há mais de 360 dias.

4.3 Estoques

Os estoques são compostos essencialmente por materiais de almoxarifado que são consumidos conforme a demanda de manutenção preventivas e corretivas ao longo do exercício e máquinas equipamentos para substituição do ativo de contrato que são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor.

O custo dos estoques é baseado no método de alocação de custo médio. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

4.4 Ativo de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos à concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção.

4.5 Ativo de contrato

O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram as transmissoras no CPC 47. Com isso, as contraprestações são classificadas como um “ativo contratual”.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento.

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho

de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão é registrada na rubrica “Implementação da Infraestrutura”, como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

4.6 Ativo imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e referentes a ativos não vinculados ao contrato de concessão (estes que tem seu resultado registrados na nota de outras receitas e despesas operacionais) e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

4.7 Ativo intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

4.8 Provisão para redução ao valor recuperável (*impairment*)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

4.9 Impostos

Impostos incidente sobre a Receita da Transmissão de Energia Elétrica

As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 0,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 3%.

Esses impostos são apresentados na Demonstração de Resultado (DRE) como redutor da Receita Bruta da Atividade.

Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) – Impostos Correntes

A tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido da receita.

Dessa forma, a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social é determinada mediante a aplicação da alíquota de presunção sobre a Receita Bruta, sendo 8% e 32% para IRPJ e 12% e 32% para CSLL, acrescida das demais receitas. Após a formação da base de cálculo, é aplicada a alíquota do IRPJ de 15%, e para a parcela da base que exceder R\$ 60.000 (sessenta mil reais) no trimestre terá a aplicação de 10% de adicional. Para contribuição social a alíquota aplicada sobre a base de cálculo é de 9%.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

4.10 Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas que se originam de obrigações presentes resultantes de eventos passados que irão gerar desembolso de caixa futuro. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.11 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

4.12 Ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

4.13 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

4.14 Receita operacional

As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

- (a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

- (b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.
- (c) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

4.15 Instrumentos financeiros

a. Ativos financeiros

Classificação e mensuração – Conforme CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. Os instrumentos financeiros são apresentados da seguinte forma:

- **Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado** - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.
 - **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”)** - Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR :é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
 - **Custo amortizado** - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.
- (i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 utiliza o modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) relevantes a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.
- (ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

4.16 Fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

4.17 Transações com partes relacionadas

As transações de contas a pagar e a receber com partes relacionadas, como prestação de serviços, são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto, não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

5 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

(a) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

(b) Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7)

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024.

(c) Outras normas Contábeis:

- Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06/IFRS 16).
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).

6 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Bancos	288.556	362.791
Aplicações financeiras (i)	23.039.847	39.899.379

23.328.403 40.262.170

- (i) A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs que podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à uma taxa média de 103,08% do CDI no exercício de 2023 e de 103,09% do CDI em 2022. A variação negativa no caixa da Companhia refere-se principalmente a redução de capital aprovada pela ANEEL e realizada no mês de setembro no valor de R\$ 30.000.000 (trinta milhões de reais).

7 Concessionárias e permissionárias

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	5.798.755	5.278.285
Vencidas até 30 dias	27.802	7.053
Vencidas até 60 dias	141.184	1.725
Vencidas até 90 dias (i)	362.023	4.813
Vencidas há mais de 90 dias (i)	834.309	528.982
	<u>7.164.073</u>	<u>5.820.858</u>
Provisão para perda de crédito esperada (PCE)	(281.861)	(280.817)
	<u>6.882.212</u>	<u>5.540.041</u>

- (i) O aumento em 2023 é decorrente das provisões de AVCs complementares referentes a rescisões de contrato dos grupos Exus, Newen Energies e Grupo Cassilândia ainda não recebidos.

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. A Companhia constitui a provisão para perda de crédito esperada através de uma análise, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCE é suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Segue abaixo movimentação:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(280.817)	(35.073)
Reversão	6.552	4.140
Adição (i)	(7.596)	(249.884)
Saldo final	<u>(281.861)</u>	<u>(280.817)</u>

- (i) Variação refere-se substancialmente ao AVC complementar das empresas do grupo Quintururé registrado em 2022 ainda não recebido.

8 Almoxarifado

	31/12/2023	31/12/2022
Almoxarifado de manutenção e operação (i)	3.788.665	3.874.243
	<u>3.788.665</u>	<u>3.874.243</u>

- (i) Nesse grupo são classificadas as peças de almoxarifado consumidas conforme a demanda de manutenção preventivas e corretivas ao longo do exercício.

9 Ativo de contrato

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	31.295.864	44.346.292
Não circulante	233.388.986	239.272.863
	264.684.850	283.619.155

A movimentação dos saldos referentes aos ativos contratuais da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 está assim apresentada:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	283.619.155
Receita de O&M (i)	15.019.567
Receita de remuneração (ii)	25.502.770
Recebimentos (iii)	(59.393.667)
Imobilizado em curso (iv)	(62.975)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	264.684.850
Circulante	31.295.864
Não circulante	233.388.986
Saldo em 31 de dezembro de 2021	292.134.531
Receita de O&M (i)	14.174.392
Receita de remuneração (ii)	26.749.257
Recebimentos (iii)	(49.439.025)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	283.619.155
Circulante	44.346.292
Não circulante	239.272.863

- (i) Valor refere-se a receita de O&M atualizada pela inflação adotada no modelo de adoção.
- (ii) Variação devido a redução do saldo de ativo contratual que consequentemente reduz a receita de remuneração.
- (iii) Saldos se referem a recebimentos dos serviços prestados de transmissão conforme RAP aprovada e atualizada a cada ciclo pelo regulador.
- (iv) Variação refere-se à baixa de adiantamentos de projetos de reforço.

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora), regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pelas Companhias, em que:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar.
- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede.
- Ao final da concessão, os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização.

- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela RAP, parcela garantida pelo Poder Concedente para remunerar o operador.

A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS), conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, com recebimento previsto para um período de 30 anos cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo Poder Concedente.

10 Fornecedores

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para encerramento de obra (i)	-	121.067
Fornecedores relacionados à construção	309.265	333.739
Gastos ambientais e fundiários	10.260	30.785
Prestadores de serviços	74.037	53.920
Outros (ii)	19.930	141.739
	<u>413.492</u>	<u>681.250</u>

- (i) Encerramento do projeto de reforço para ampliação da subestação Pirapora 2.
- (ii) Variação refere-se a provisão de gastos com combustíveis, compra de uniformes e equipamentos que foram pagas durante o ano de 2023.

11 Impostos e contribuições sociais a pagar

Imposto de renda e contribuição social a pagar

	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ	584.306	318.623
CSLL	321.802	230.468
	<u>906.108</u>	<u>549.091</u>

Outros impostos a pagar

	31/12/2023	31/12/2022
PIS	35.625	33.211
COFINS	164.423	153.282
INSS	149.403	120.424
ISS a pagar	265.703	270.376
IRRF retido na fonte	91.963	91.880
PIS/ COFINS/CSLL	63.305	68.045
Outros	55.439	49.555
	<u>825.861</u>	<u>786.773</u>

12 Taxas regulamentares

	31/12/2023	31/12/2022
Reserva global de reversão (RGR) (i)	262.794	82.253
CDE a pagar (ii)	12.019	-
Taxa de fiscalização (TFSEE) (iii)	19.230	321.183
Pesquisa e desenvolvimento (P&D) (iv)	519.266	1.137.214
	813.309	1.540.650

(i) RGR

Taxa criada pelo Decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035.

Em 04 de agosto de 2023, através do Despacho nº 2.737 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativas às competências de julho de 2023 a junho de 2024 de R\$ 155.017 (cento e cinquenta e cinco mil, dezessete reais).

(ii) CDE

Conforme disposto na Resolução ANEEL 929/2021, as transmissoras de energia elétrica devem destinar 0,12% da ROL à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE até 31/12/2025. A CDE é um fundo do setor elétrico que tem como objetivo o desenvolvimento energético do país. A partir de 01/01/2026 este percentual será revertido para a execução de projetos de P&DI.

(iii) TFSEE

Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória.

Em 20 de julho de 2023, através do Despacho nº 2.469 da ANEEL, estabeleceu-se um valor anual para a TFSEE relativas as competências de julho de 2023 a junho de 2024 de R\$ 230.765 (duzentos e trinta mil, setecentos e sessenta e cinco reais).

(iv) P&D

Conforme a Resolução Aneel 929 de 2021, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento da ANELL, sendo 0,28% para projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

A variação é referente ao encerramento do projeto de gestão em 2023.

13 Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão de férias	859.201	671.395
Provisão de bônus (i)	1.301.477	1.264.799
IRRF funcionários	142.904	122.080
Outros	46	68
	<u>2.303.628</u>	<u>2.058.342</u>

(i) O Programa de Bônus é uma ferramenta de gestão e um plano motivacional que dá aos funcionários a oportunidade de receber o reconhecimento da empresa por suas conquistas. O bônus de um funcionário é medido com base nos resultados do KPI (Key Performance Indicators Program) e do PAP (Performance Assessment Program).

14 Provisão para contingências

Contingências prováveis (provisionadas)

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis, trabalhistas e outros assuntos.

A Companhia, constitui provisões para riscos trabalhistas e de servidões, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso para processos legais quando é provável de acontecer um desembolso de caixa futuro por conta de uma obrigação presente proveniente de um evento passado e com base na opinião de seus assessores jurídicos, internos e externos, e na análise das demandas judiciais pendentes.

Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhistas(i)	425.635	459
Servidões (ii)	10.216	-
	<u>435.851</u>	<u>459</u>

- (i) A exposição trabalhista decorre da reclamação trabalhista 0100719-14.2019.5.01.0020, atualmente o processo está em fase recursal após decisão parcialmente desfavorável a empresa.
- (ii) A exposição de servidões decorre do processo fundiário de constituição de servidão administrativa 0310339-08.2008.8.13.0363, atualmente o processo está em fase recursal após decisão parcialmente desfavorável a empresa.

Nesse sentido, a movimentação do saldo de provisões prováveis da Companhia está apresentada a seguir:

	Trabalhistas	Servidões	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>459</u>	-	<u>459</u>
Adições e reversões, líquidas (i)	374.418	10.091	384.509
Atualizações monetárias	50.758	125	50.883
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>425.634</u>	<u>10.216</u>	<u>435.851</u>
	Trabalhistas	Servidões	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>8.245</u>	<u>74.036</u>	<u>82.281</u>
Adições e reversões, líquidas	(8.364)	93.073	84.709

Pagamentos (ii)	-	(167.109)	(167.109)
Atualizações monetárias	<u>578</u>	<u>-</u>	<u>578</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	459	-	459

- (i) A variação nas causas trabalhistas se deve a mudança de prognóstico para provável do processo 0100719-14.2019.5.01.0020 que foi julgado parcialmente procedente, a companhia apresentou recurso. A variação nas causas relacionadas a servidões se deve a mudança de prognóstico para provável do processo 0310339-08.2008.8.13.0363, o processo foi julgado e atualmente encontra-se em fase recursal em função do recurso apresentado pelo réu.
- (ii) O pagamento é referente ao processo 0456366-27.2008.8.13.0470, trata-se de um processo de servidão oriundo da aquisição da SPTE constante na lista de contingências da Plena. Em 19/09/2022 a Companhia efetuou pagamento (de responsabilidade dos sellers) no valor de R\$ 167.109 (cento e sessenta e sete mil, cento e nove reais) referente a execução da sentença que fixou no valor do laudo pericial a indenização devida ao proprietário.

Contingências possíveis (não provisionadas)

As causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos trabalhistas e servidões conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhista (i)	-	374.876
Fiscal (ii)	161.090	-
Servidões (iii)	<u>-</u>	<u>25.590</u>
	<u>161.090</u>	<u>400.466</u>

- (i) Processos trabalhistas: A redução se deve a mudança de prognóstico para provável do processo 0100719-14.2019.5.01.0020, não existindo outros processos trabalhistas de classificação possível.
- (ii) Processos fiscais: Os valores são referentes ao procedimento administrativo 12448.905805/2021-12 referente a um PERDCOMP realizado pela empresa.
- (iii) Servidões: A variação nas causas relacionadas a servidões se deve a mudança de prognóstico para provável do processo 0310339-08.2008.8.13.0363, não existindo outros processos fundiários de classificação possível.

15 Impostos diferidos passivos

Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia.

	31/12/2023	31/12/2022
IR e CSLL diferidos	8.152.293	8.733.529
IR Diferido	5.293.697	5.671.124
CSLL Diferida	2.858.596	3.062.405
Pis e Cofins diferidos	9.660.997	10.349.800
Pis Diferido	1.720.452	1.843.115
Cofins Diferido	7.940.545	8.506.685
	<u>17.813.290</u>	<u>19.083.329</u>

16 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$ 271.496.454 (duzentos e setenta e um milhões, quatrocentos e noventa e seis mil e quinhentos e cinquenta e quatro reais), dividido em 271.496.454 (duzentos e setenta e um milhões, quatrocentos e noventa e seis mil e quinhentos e cinquenta e quatro) ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada.

Tendo em vista o excesso de capital em relação ao objeto e às operações atualmente desenvolvidas pela sociedade, os Acionistas decidiram reduzir R\$ 30.000.000 (trinta milhões de reais) do capital social, pelo cancelamento de 30.000.000 (trinta milhões) de ações ordinárias nominativas, em conformidade com o artigo 173 da lei nº 6.404/76 e com a AGE de 02 de junho de 2023.

Dessa forma, o capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2023 passou a ser R\$ 241.496.454 (duzentos e quarenta e um milhões, quatrocentos e noventa e seis mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais), representado por 241.496.454 (duzentos e quarenta e um milhões, quatrocentos e noventa e seis mil, quatrocentos e cinquenta e quatro) ações ordinárias nominativas sem valor nominal com preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada.

A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2023 e 2022
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holdings Limited	<u>0,01%</u>
	<u>100%</u>

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

c. Reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 a Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo da reserva legal e distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, ficando disponível o montante de R\$ 29.222.095 (vinte e nove milhões, duzentos e vinte e dois mil e noventa e cinco reais) e R\$ 34.368.853 (trinta e quatro milhões, trezentos e sessenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e três reais) respectivamente, na forma de retenção de lucros para pagamentos futuros conforme determinação dos Acionistas, de acordo com proposta de orçamento de Capital aprovada.

d. Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido / (prejuízo) do exercício	30.735.845	33.161.340
Reserva legal (5%)	<u>(1.536.792)</u>	<u>(1.658.067)</u>
Base de cálculo para os dividendos	<u>29.199.053</u>	<u>31.503.273</u>

Dividendo mínimo obrigatório 291.991 315.033

Foram efetuadas as aprovações de pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos que foram pagos ao longo de 2023 e 2022 conforme demonstrado abaixo:

<u>Órgão aprovador</u>	<u>Data aprovação</u>	<u>Pagamento em 2023</u>	<u>Pagamento em 2022</u>
AGO	26/04/2022	-	188.114
RCA	24/05/2022	-	15.987.922
AGO	26/04/2023	315.033	-
RCA	12/06/2023	34.053.819	-
Total		34.368.851	16.176.036

17 Receita operacional líquida

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional bruta	<u>45.999.515</u>	<u>48.240.788</u>
Receita de operação e manutenção (i)	15.019.567	14.174.392
Remuneração dos ativos de contrato (ii)	25.502.770	26.749.257
Outras receitas (iii)	5.477.178	7.317.139
Deduções da receita operacional	<u>(4.119.026)</u>	<u>(3.898.390)</u>
Pis e Cofins correntes	(2.361.996)	(2.099.974)
Pis e Cofins diferidos	688.804	310.812
RGR	(1.613.552)	(1.373.092)
P&D	(600.271)	(525.470)
TFSEE	(232.011)	(210.666)
	<u>41.880.489</u>	<u>44.342.398</u>

- (iv) Variação refere-se a receita de O&M atualizada pela inflação adotada no modelo de adoção.
- (v) Variação devido a redução do saldo de ativo contratual que consequentemente reduz a receita de remuneração.
- (vi) Essa conta se refere a atualização da RAP, é composta pelo diferencial de inflação entre a RAP utilizada no modelo da adoção e a RAP do ciclo atual.

18 Custo de construção e operação

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	(5.989.440)	(5.737.673)
Material	(642.813)	(795.841)
Serviços de terceiros	(1.020.898)	(916.419)
Custo de operação e manutenção (i)	(557.845)	(88.131)
Gastos diversos	(564.448)	(450.443)
Outros	(819.767)	(721.210)
	<u>(9.595.211)</u>	<u>(8.709.717)</u>

(i) As variações ocorreram em virtude da aquisição de sistemas de circuito fechado de televisão para todas as subestações, juntamente com o fornecimento de retificadores de telecomunicações e outros serviços relacionados ao processamento de dados.

19 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal (i)	(1.605.362)	(2.582.100)
Administradores	(198.443)	(158.447)
Material	(47.459)	(75.154)
Serviços de terceiros	(333.270)	(557.046)
Arrendamentos e aluguéis	(203.942)	(200.584)
Provisões/reversão	(382.112)	(237.380)
Tributos	(30.367)	(6.700)
Outros	273.186	(222.135)
	<u>(2.527.769)</u>	<u>(4.039.546)</u>

(i) A variação observada decorreu da inclusão das empresas XRTE e STE no cálculo da Resolução 699 em julho de 2022, conforme detalhado na explicação contida na nota referente às partes relacionadas.

20 Resultado financeiro

	31/12/2023	31/12/2022
Receita financeira	<u>4.547.982</u>	<u>2.863.303</u>
Receitas de aplicações financeiras (i)	4.529.658	2.678.469
Outras receitas financeiras	18.324	184.834
Despesa financeira	<u>(147.742)</u>	<u>(284.200)</u>
Multas e acréscimos moratórios	(5.716)	(9.733)
Outras despesas financeiras	(142.026)	(274.467)
	<u>4.400.240</u>	<u>2.579.103</u>

(i) Variação refere-se a rendimentos sobre aplicação financeira em função do aumento de valores aplicados no exercício de 2023 referente a sobra de caixa conforme mencionado na nota explicativa 6.

21 Conciliação do imposto de renda e contribuição social (Lucro Presumido)

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas brutas (8%) (i)	58.303.318	58.226.012
Receitas brutas (32%) (ii)	<u>7.221.958</u>	<u>-</u>
Base de cálculo (8%)	4.664.265	4.658.081
Base de cálculo (32%)	2.311.027	-
Outras receitas	5.736.592	4.100.365
Base de cálculo	<u>12.711.884</u>	<u>8.758.446</u>
IR devido	(3.153.971)	(2.165.611)
(+) IR diferido / Outros	377.427	170.308

Total de IRPJ	<u>(2.776.544)</u>	<u>(1.995.303)</u>
	31/12/2023	31/12/2022
Receitas brutas (12%) (i)	58.303.318	58.226.012
Receitas brutas (32%) (ii)	<u>7.221.958</u>	<u>-</u>
Base de cálculo (12%)	6.996.398	6.987.121
Base de cálculo (32%)	2.311.027	-
Outras receitas	5.736.592	4.100.365
Base de cálculo	15.044.017	11.087.486
CSLL devida	(1.353.961)	(997.874)
(+) CSLL diferido / Outros	203.810	91.966
Total de CSLL	<u>(1.150.151)</u>	<u>(905.908)</u>
Total de IRPJ/CSLL	<u>(3.926.695)</u>	<u>(2.901.211)</u>
Total IRPJ/CSLL corrente	(4.507.932)	(3.163.485)
Total IRPJ/CSLL diferido	581.237	262.274

(i) A Companhia tributa as receitas efetivamente auferidas (Aviso de Crédito - AVC) e a natureza das receitas auferidas pelas Transmissoras decorre exclusivamente da prestação dos serviços de transmissão de energia, sendo este serviço remunerado por meio da RAP.

- (ii) As receitas de CCT e CCI estão sendo tributadas mediante a aplicação da alíquota de presunção de 32% para IRPJ e CSLL.

22 Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e Companhias do Grupo, os quais:

22.1 Ativo

	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber - partes relacionadas	<u>1.067.084</u>	<u>925.620</u>
Concessionárias e permissionárias – Paranaíba	9.343	8.967
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	1.057.741	906.036
Outros	-	10.617
Intercompany SGBH - Reembolso Gemini	-	10.617

22.2 Passivo

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores - partes relacionadas	<u>1.162.858</u>	<u>1.030.748</u>
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	1.162.858	1.030.748

22.3 Resultado

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado - partes relacionadas	<u>(539.469)</u>	<u>(2.180.201)</u>
Faturas de compartilhamento de instalações - Paranaíba	110.611	103.728

Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	(462.293)	(1.745.475)
Aluguel (ii)	(187.787)	(188.908)
Serviços de engenharia SGSE (iii)	-	(349.546)

- (i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL – Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as Companhias compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as Companhias envolvidas. Em abril de 2022, através do despacho Nº 1.075 a ANEEL autorizou a inclusão das empresas XRTE e STE no contrato de Compartilhamento de Infraestrutura Administrativa e de Recursos Humanos. Em julho de 2022, o Grupo assinou o contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas, o que explica a variação entre o exercício de 2023 e 2022.
- (ii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH. A SGBH detém o direito sobre o prédio o qual opera e faz o rateio do aluguel para as subsidiárias, situadas no mesmo prédio.
- (iii) A State Grid Serviços de Engenharia S.A. (“SGSE”) é uma Companhia do Grupo SGBH criada para prestação de serviços técnicos profissionais de engenharia do proprietário, fiscalização e comissionamento para projetos, estudos relacionados a acesso de terceiros em subestações de energia, assim como serviços de consultoria e gerenciamento de projeto especializado em P&D. Em Dezembro de 2021 a Companhia assinou contrato com a SGSE para a prestação de serviços especializados de consultoria e gerenciamento de P&D para os exercícios de 2023 e 2022

22.4 Remuneração da Administração (pessoal – chave)

As remunerações de empregados das funções executivas da Companhia reconhecidos no resultado do período, estão apresentadas como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração fixa e variável (*)		
Salário	238.165	294.237
Benefícios diretos e indiretos	40.171	51.653
Encargos	116.829	175.162
Provisões (13 salário, férias e bônus)	150.115	238.052
Valor total da remuneração	545.280	759.104

- (*) Pró-labore, encargos, benefícios diretos e indiretos (plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e ticket refeição/alimentação) e bônus.

23 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

O valor justo dos instrumentos financeiros relacionados no item 23.1 não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justos dos instrumentos financeiros.

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - “inputs”, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente

(derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

23.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	6	23.328.403	40.262.170
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber - partes relacionadas	22	1.057.741	916.653
Concessionárias e permissionárias	7	6.882.212	5.540.041
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores - terceiros	10	413.492	681.250
Fornecedores - partes relacionadas	22	1.162.858	1.030.748

23.2 Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a. Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b. Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos indexados a taxas de juros prefixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo:

Efeito em Reais

	31/12/2023	31/12/2022
Ativos Financeiros		
Caixa e equivalente	23.328.403	40.262.170
Contas a receber partes relacionadas	1.057.741	916.653
Concessionária e Permissionárias	6.882.212	5.540.041

c. Riscos cambiais

Os resultados da Companhia estavam suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente em operações empréstimos no exercício de 2020, porém em 2021 os empréstimos em dólar foram integralmente quitados. Apesar disso, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

d. Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

Os riscos de créditos relacionados às concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a Companhia apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos.

e. Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

24 Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

25 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Ativo	Tipo de cobertura	31/12/2023	31/12/2022
Responsabilidade civil	Risco civil	20.000.000	20.000.000
Seguro patrimonial	Risco operacional	274.260.676	274.260.676
Veículos	Carros	243.910	100.613
		294.504.586	294.361.289

26 Compromissos assumidos

A Companhia assinou até o presente momento contratos de construção e fornecimento de materiais da linha de transmissão, cujo o saldo em 31/12/2023 a pagar refere-se ao montante total de R\$ 406.397 (quatrocentos e seis mil trezentos e noventa e sete reais). Esses contratos serão pagos conforme medições realizadas por pessoal técnico e recebimento de materiais conforme previstos nas suas cláusulas. As datas de assinatura e o cronograma de vencimentos estão abaixo:

Número Contrato	Fornecedor	Descrição	Data	Total
EXP-SPTE-2019-0023	Nari	Contrato EPC para SPTE - Pirapora 2	27/09/2019	406.397

Cronograma de vencimento	Em R\$
2024	406.397
	406.397

Ramon Sade Haddad
Diretor Presidente

Jorge Bauer
Diretor

Mariana de Oliveira Barbosa
Contadora - CRC RJ - 103573/O-2